

HABEAS CORPUS Nº 547.276 - SP (2019/0350530-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
IMPETRANTE : **ANDERSON CLAYTON RODRIGUES KIMURA**
ADVOGADO : **ANDERSON CLAYTON RODRIGUES KIMURA - SP351792**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **C L J J**

DECISÃO

1. Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Anderson Clayton Rogrigues Kimura em favor de C. L. J. J. em face da decisão denegatória de efeito suspensivo, proferida pela 2ª Câmara de Direito Privado do TJSP.

Aduz que os supostos alimentos inadimplidos estão sendo pagos, durante o ano corrente, diretamente à instituição escolar que a alimentada está matriculada, ao invés de serem entregues à genitora da parte alimentada, já que o contrato firmado junto àquela instituição escolar foi realizado em nome do paciente.

Sustenta que a obrigação alimentar devida corresponde a um salário mínimo. Apesar disso, "a genitora da alimentada, sabendo que a mensalidade escolar custa R\$ 796,50, sem contar as despesas com material escolar, uniforme escolar entre outros gastos, ainda assim, deseja receber a repetição dos valores que foram pagos diretamente à instituição escolar".

Destaca que, em momento anterior, o TJSP afastou a prisão, diante da comprovação do pagamento de valores relacionados à mensalidade, a permitir o abatimento do valor devido. Apesar disso, "o v. acórdão não detalhou especificamente se o abatimento dos valores relacionados às despesas escolares poderia continuar em relação às prestações vincendas, como também não foi claro se versava apenas sobre as prestações que estavam em curso (vencidas)".

Afirma que "para o paciente estava claro que os pagamentos poderiam ser feitos diretamente à instituição escolar, posto que seriam abatidos dos alimentos, e que a quantia remanescente deveria ser depositada na conta da alimentada", no entanto, "a alimentada continuou com as cobranças de parcelas que venceram no curso do processo, sustentando entendimento que a Doute Decisão prolatada no v. acórdão dizia respeito apenas até aquele julgamento (vencidas), e que as parcelas posteriores (vincendas), mesmo com a demonstração de pagamentos feitos à instituição escolar da alimentada, deveriam lhe ser pagas em pecúnia".

Alega que a magistrada de piso acolheu apenas parcialmente o pleito do paciente, pois, no entender daquele juízo "após a disponibilização do v. acórdão nos autos, em 02/08/2019, o paciente não poderia mais compensar as mensalidades escolares em sua obrigação mensal alimentar de um salário mínimo vigente. Assim, considerou devido os alimentos a partir de 10/08/2019".

É o relatório.

2. Em princípio, a irresignação não merece ser conhecida.

É que das razões do *habeas corpus*, verifica-se que o impetrante, diante de decisão monocrática prolatada pelo Des. José Carlos Ferreira Alves impetrou *incontinenti* o presente *mandamus*, violando o princípio da colegialidade.

Nesse sentido é a Súm 691 do STF, segundo a qual "não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar". Entendimento, por óbvio, aplicável à decisão liminar tomada em agravo de instrumento.

Dessarte, impossível o manejo do *habeas corpus* na espécie, sob pena de indevida supressão de instância.

À guisa de exemplo:

CRIMINAL. HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. INVIABILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. IMPETRAÇÃO QUE DEVE SER COMPREENDIDA DENTRO DOS LIMITES RECURSAIS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I. Esta Corte mantinha o entendimento no sentido do não conhecimento do *habeas corpus* impetrado em face de decisão monocrática, quando a parte não cuidava de interpor agravo interno, em razão do não esgotamento das instâncias ordinárias. A Quinta Turma desta Corte, no entanto, em revisão deste entendimento, passou a admitir o *habeas corpus* nas hipóteses em que, não obstante o esgotamento das instâncias ordinárias por ausência de interposição de agravo interno, restasse evidenciado o trânsito em julgado da decisão impugnada (HC 131.291/MS, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 25/04/2011).

II. Orientação que vai de encontro com a nova inteligência acerca da real amplitude do *habeas corpus*, que não pode ser erigido em remédio para qualquer irresignação, no mais das vezes muito longe de qualquer alegação de violência ou coação contra a liberdade de locomoção.

III. Dentro dessa nova perspectiva, deve ser reafirmado o entendimento no sentido do não cabimento do *habeas corpus* nas hipóteses em que o impetrante, diante da decisão monocrática do Relator, ao invés de interpor agravo interno, para que sua irresignação fosse submetida ao Colegiado daquela Corte, impetra diretamente o *mandamus*.

IV. Hipótese dos autos que revela, ainda, uma peculiaridade, eis que a questão de fundo sequer foi alvo de apreciação pelo Desembargador Relator, que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, o que inviabiliza de qualquer modo a apreciação da matéria por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

V. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 217.245/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 14/10/2011)

CRIMINAL. HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. LEI MARIA DA PENHA. **MANDAMUS IMPETRADO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DE DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NO TRIBUNAL DE ORIGEM. QUESTÕES NÃO LEVADAS AO CONHECIMENTO DO COLEGIADO DO TRIBUNAL A QUO. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.**

ORDEM NÃO CONHECIDA.

I. O inconformismo dirigido contra decisão de Desembargador componente da Turma Criminal do Tribunal a quo, sem que tenha sido ajuizado o agravo interno e alcançado tal decisum o trânsito em julgado, inviabiliza o acesso a esta Corte Superior, em razão do não esgotamento das instâncias ordinárias.

II. Evidenciado que os temas levantados não foram objeto de debate e decisão por parte de órgão colegiado do Tribunal de origem, sobressai a incompetência desta Corte para o exame das matérias, sob pena de indevida supressão de instância.

III. Precedentes do STJ.

IV. Ordem não conhecida.

(HC 164785/MS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 19/05/2011, DJe 08/06/2011)

HABEAS CORPUS – PROCESSUAL CIVIL – DESPACHO INDEFERITÓRIO DE LIMINAR EM 2º GRAU (EM SEDE DE FEITO DE IDÊNTICA NATUREZA) – CONCESSÃO DE LIMINAR – IMPOSSIBILIDADE – “PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA” – INAPLICABILIDADE, EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

I – Eventual decisão do Superior Tribunal de Justiça, antes do pronunciamento do Tribunal de origem, pode implicar supressão de Instância, ou, até inibi-la de julgar, o que extrapolaria o princípio da razoabilidade. Precedentes.

II – O instituto do depositário infiel tem base constitucional (art. 5º, inciso LXVII), não se admitindo a prevalência de tratado (“Pacto de San José da Costa Rica”) sobre norma expressa na Magna Carta.

Precedentes.

III – HABEAS CORPUS DENEGADO.

(HC 87.181/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJe 30/06/2008)

Entendimento, aliás, que é pacífico no Supremo Tribunal Federal, senão vejamos:

EMENTA Agravo regimental no habeas corpus. Argumentos insuficientes para modificar a decisão ora agravada. Questões não analisadas pelas instâncias antecedentes. Dupla supressão de instância. Precedentes. **Impetração dirigida contra decisão monocrática de relator de habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça. Decisão não submetida ao crivo do colegiado. Ausência de interposição de agravo interno. Não exaurimento da instância antecedente. Precedentes.** Regimental não provido. **1. Segundo a remansosa**

jurisprudência da Corte, “não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão de Relator que, em HC requerido a Tribunal Superior, indefere liminarmente o pedido com supedâneo na Súmula 691 desta Corte. Essa circunstância impede o exame da matéria por este Tribunal, sob pena de se incorrer em dupla supressão de instância, com evidente extravasamento dos limites da competência descritos no art. 102 da Carta Magna” (HC nº 117.761/SP, Segunda Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 4/10/13). 2. Não se admite a impetração de habeas corpus que se volte contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça que não tenha sido submetida ao crivo do colegiado por intermédio do agravo interno, por falta de exaurimento da instância antecedente. 3. Os argumentos do agravante são insuficientes para modificar a decisão impugnada. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (HC 122324 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-165 DIVULG 26-08-2014 PUBLIC 27-08-2014)

3. Não se pode olvidar, ademais, que o entendimento do STJ firmou-se no sentido de que não configura constrangimento ilegal a prisão civil de devedor de alimentos, em ação de execução proposta pelo rito do art. 733 do CPC, visando ao recebimento das prestações alimentícias vencidas nos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e das que vencerem posteriormente (Súmula n. 309/STJ).

Da mesma forma, encontra-se pacificada o entendimento do STJ no sentido de que a sede própria para examinar aspectos probatórios em torno da capacidade financeira do paciente é a execução de alimentos, onde se encontram os elementos fáticos necessários para que se decida acerca da possibilidade que detém ou não o paciente para o cumprimento integral ou parcial de sua obrigação, podendo, aí sim, avaliar se o descumprimento constitui ato involuntário e escusável (HC n. 3.258-6/MG, relator Ministro Vicente Cernicchiaro; e RHC n. 7.175/RJ, relator Ministro Vicente Leal).

Somado a isso, há firme jurisprudência da Casa em relação à Dedução de valores pagos a título de mensalidades escolares, no sentido de que se "permite tão-somente o acolhimento da justificativa, no sentido de livrar o devedor de alimentos da iminente prisão civil, quando demonstre que houve o pagamento ou ainda a impossibilidade de efetuar-lo. **Não se concebe, neste momento da execução, ofertar ao devedor parcelamento do débito, tampouco a compensação de valores pagos a título de mensalidades escolares, quando a tanto não anuiu o credor.** A ausência de concordância do credor com a proposta do devedor, formulada em sede de justificativa, obsta, portanto, a adoção, pelo julgador, de qualquer ato tendente a criar embaraço ao pronto atendimento das necessidades do credor de alimentos, sob pena de restrição ao caráter emergencial conferido à obrigação alimentícia" (REsp 1050994/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 03/10/2008).

4. Compulsando os autos, em análise superficial, não constato ilegalidade na ordem de prisão guerreada, posto que fulcrada nas prestações vencidas e não pagas no curso

do processo de execução de alimentos, dentro do prazo máximo estabelecido pela norma, tendo-se afastado a possibilidade de compensação dos valores pagos à título de prestação escolar – a partir da publicação do acórdão que decidiu à questão –, notadamente em razão da afirmação de que "E, na parte final do v. acórdão (fls. 102), o Eg. TJSP deu provimento ao agravo para evitar a prisão naquele momento, e admitir, excepcionalmente, fossem abatidos da dívida os valores desembolsados pelo executado com o custeio direto das mensalidades escolares, proscrevendo-se, porém, dali em diante, novos pagamentos diretos" (fl. 15).

No entanto, principalmente para uma análise posterior, mostra-se relevante a ponderação do *Parquet* de fl. 31, opinando pela indeferimento do pedido de prisão "uma vez que o valor dos alimentos já foi pago pelo executado, ainda que sob a forma de despesas escolares, mensalidade e materiais, o que se admite nos termos artigo 1.694 do Código Civil", mais precisamente em se tendo em conta que, em momento anterior, "o Tribunal de Justiça já reconheceu a possibilidade de compensação dessas despesas no pagamento dos alimentos, conforme acórdão juntado às fls. 69/76".

De fato, não se pode deixar de considerar que a corte de origem já reconheceu anteriormente a possibilidade de compensação da prestação escolar com a obrigação alimentar devida – apesar de ter definido que tal autorização seria apenas até aquele julgamento – e que o contrato de prestação de serviços educacionais ocorre, em regra, pelo prazo de um ano, na qual o nome paciente fica vinculado perante a instituição educacional.

5. Assim, em sede de cognição sumária, não se verifica a manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência, haja vista que o constrangimento não se revela de plano, fazendo-se necessária uma análise mais detalhada dos elementos de convicção trazidos aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento do mérito.

6. Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada coatora. Após, vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator